

35 - CURRÍCULO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA ANÁLISE DA GRADE CURRICULAR DA EEFD/UFRJ

JOÃO MARCOS DE LIMA E SILVA VERAS
EEFD/UFRJ
WEBERT SOARES VERAS
ROSANE CRISTINA DE OLIVEIRA
RENATO DA SILVA
UNIGRANRIO

doi:10.16887/90.a1.35

Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar uma discussão sobre os aspectos da educação inclusiva em relação à área de educação física, enfatizando a análise da grade curricular da EEFD/UFRJ. A Educação Inclusiva é uma questão fundamental na atualidade e faz parte das políticas públicas destinadas às pessoas com deficiência e o processo de inserção deste público nos espaços escolares. Portanto, neste trabalho, observamos criticamente a construção da grade curricular de Educação Física, entrelaçando com a legislação de Diretrizes e Bases (1996) e demais políticas destinadas ao público das pessoas com deficiência.

Os métodos utilizados foram: a) bibliográfico, com o intuito de construir a revisão da literatura sobre educação inclusiva, currículo, legislações e políticas públicas; b) exploratória em relação ao levantamento de dados/informações sobre as políticas de inclusão social, enfatizando a pessoa com deficiência, bem como a leitura da bibliografia pertinente. A pesquisa exploratória, além de conter o levantamento bibliográfico, também pode conter a obtenção de informações através de entrevistas e / ou análise de exemplos que de certa forma esteja atrelados à problemática em torno do objeto estudado (Gil, 1994); Análise documental (atas de reuniões das discussões em torno de propostas / projetos de lei; relatórios oficiais; dados estatísticos) e análise de fontes primárias e secundárias (jornais e revistas locais, blogs e fóruns de discussão). Esta modalidade metodológica de pesquisa baseia na busca de fontes diversas “sem tratamento analítico”, ou seja, que detém informações que podem ser utilizadas para a elaboração de estudos aprofundados posteriormente (são cartas, filmes, fotografias, relatórios, jornais, entre outros). (MINAYO, 1998). Neste trabalho, a principal fonte documental são as grades curriculares da EEFD/UFRJ, com o intuito de verificar se o curso de Educação Física da referida universidade acompanha as diretrizes contidas na legislação.

O artigo está dividido em duas partes: a primeira aborda o processo de institucionalização da educação inclusiva, chamando a atenção para a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases, de 1996. Na segunda parte, apresentamos uma discussão acerca da grade curricular da EEFD/UFRJ, salientando os aspectos fundamentais orientadores do curso e refletindo se, no aspecto ensino-aprendizagem, a referida grade contém disciplinas e demais ações no que tange a educação inclusiva.

Sobre educação inclusiva no Brasil

A educação inclusiva no Brasil, embora ainda não exista consenso, é alvo de diversas políticas públicas e legislações destinadas ao público das pessoas com deficiência. Dos Santos (2002, p. 30) afirma que: “Na década de 1970, os ‘alunos com deficiência’ começaram a ser admitidos nas classes comuns, com o surgimento da proposta de integração.” Logo, historicamente estes alunos não eram vistos como “normais”, o que dificulta a mentalidade da necessidade da implantação de estratégias de caráter inclusivo nas escolas. Com isso, torna-se mais interessante na presente pesquisa analisar o processo de inclusão na educação a partir dos anos 1980, pois neste período começaram a surgir as políticas públicas necessárias para o início da inclusão de pessoas com deficiência.

A Constituição de 1988, chamada de constituição cidadã, prevê no art. 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Nesse sentido, é possível constatar que se a educação é direito de todos, as pessoas com deficiência (PCDs) através desse marco não podem, garantidos por lei, sofrer com qualquer forma de preconceito, ou que caracterize exclusão.

Goffredo (1999) afirma que cabe à escola ser uma instituição social democrática, pluralista e de qualidade, tendo como principal obrigação atender a todas as crianças sem exceção. Logo, a escola por dever moral e constitucional não pode negar matrícula a uma criança, independente de qual seja sua deficiência ou necessidade específica. Como afirma, também, Rogalski (2010, p. 12), ao pontuar que “A escola é entendida como sendo de todos, independentemente de sua origem social, de um país de origem ou étnica.”

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996, capítulo 3, artigo 4º item III, deve-se garantir “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino”. Portanto, a LDB garante que os alunos com todas as características citadas não precisam se restringir, apenas, às escolas especiais. Ao usar a palavra “preferencialmente”, assegura-se ainda que o ideal é que essas crianças devam frequentar, sim, as escolas regulares.

Na lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015, nota-se um avanço em relação ao processo de inclusão da pessoa com deficiência. A chamada lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência contempla e garante os direitos das pessoas com todo e qualquer tipo de limitação, seja ela física, intelectual, etc. No capítulo 2 dessa mesma lei, no artigo 4º é visto que “Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.” Neste trecho, é possível observar a não aceitação de qualquer espécie de tratamento negativo e discriminatório para com a pessoa com deficiência, devidamente documentado.

A pessoa com deficiência, de acordo com a prerrogativas legais, tem seus direitos garantidos. A inclusão, todavia, não é apenas um meio de inserir o indivíduo apenas no contexto escolar. Como é possível notar em Faitanin e Costa (2009), ao afirmarem que a inclusão, além do âmbito escolar, deve fazer com que todos participem integralmente de tudo, como também ter acesso mais amplo aos bens culturais, sem distinção de características físicas, crenças ou classe social de cada indivíduo.

Outro marco legal importante para as discussões sobre inclusão da pessoa com deficiência, no âmbito internacional é a Declaração de Salamanca (1994). Embora as prerrogativas deste documento não tenham exercido influência considerável no cenário educacional inclusivo brasileiro, nela é assegurado que (em tradução livre): “aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso as escolas regulares, que devem acolhê-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de suprir essas necessidades.” (SALAMANCA, 1994, p. 8)

Mesmo apresentando os casos das leis que defendem e asseguram os direitos das pessoas com deficiência, surgem alguns questionamentos provenientes da discussão sobre a Educação Inclusiva. Dentre eles, foram colocados por Dos Santos (2002, p. 31) exemplos como “(...) será que as sociedades e os sistemas educacionais estão preparados para realizar essa Educação Inclusiva?”. Essa é uma questão que, embora pareça subjetiva é bastante válida e recorrente de debates e discussões intermináveis. Afinal, mesmo que as leis assegurem os direitos das PCDs, o que garante que as escolas tenham o preparo necessário para, de fato, incluir o aluno e não apenas integrá-lo na turma? Em Benitez e Domenicone (2015, p. 1009), vemos que:

“(...) para que o processo de inclusão escolar atinja todos os indivíduos e crie condições sociais e pedagógicas de ensino para todos os aprendizes, é necessário compreendê-lo enquanto processo social complexo, produto de ações estabelecidas por agentes distintos envolvidos diretamente ou indiretamente com o processo de ensino-aprendizagem (...)”

Incluir um aluno não é uma tarefa simples. Diversas barreiras dificultam o processo de inclusão. Em alguns casos, ocorre de certo aluno acompanhar a turma que sempre pertenceu, mas esse mesmo aluno não tem acesso ao mesmo conteúdo trabalhado pelo resto da turma, por simplesmente não ter cognição suficiente para compreender certo conteúdo, simplesmente por ter outro ritmo em seu processo de ensino-aprendizagem.

O sistema ainda é precário quando se trata da educação inclusiva. No próximo tópico, discutimos a questão do processo de formação de professores acerca das questões de currículo e grade curricular, oferecidas na Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EEFD/UFRJ).

Currículo e inclusão: um estudo de caso sobre a EEFD/UFRJ

A defasagem que existe no processo de formação dos licenciados em Educação Física referente à educação inclusiva, está vinculada às necessidades de analisarmos as questões que abrangem a discussão sobre currículo. Desde meados do século XIX discute-se currículo e, para Alice Lopes (2011, p. 19),

Indo dos guias curriculares propostos pelas redes de ensino àquilo que acontece em sala de aula, currículo tem significado, entre outros, a grade curricular com disciplinas / atividades e cargas horárias, o conjunto de ementas e os programas de disciplina / atividades, os planos de ensino dos professores, as experiências propostas e vividas pelos alunos.

Portanto, o currículo pode ser observado como um arsenal documental que orienta o ensino-aprendizagem. Entretanto, é importante ressaltar que as determinações do conteúdo, a didática e as estratégias de ensino fazem parte de um componente advindo do Estado e, dessa forma, são elementos que acompanham os aspectos ideológicos e históricos contidos ao longo do processo educacional. Por este motivo, a inserção ou a retirada de determinado conteúdo do currículo faz parte do contexto político.

Nessa perspectiva, este estudo apresenta uma discussão em torno das grades curriculares da Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com o intuito de compreender e analisar a abordagem do conteúdo no que diz respeito à inclusão de pessoas com deficiência (destacando a intelectual) nas aulas de Educação Física nas escolas.

Sobre o ponto da grade curricular do curso de Licenciatura em Educação Física da UFRJ, a análise implementada a partir da década de 1990, pois nesse período a educação inclusiva conquistou maior espaço nas discussões. Desde o ano de 1992, a grade curricular sofreu 6 alterações.

A primeira grade analisada foi transcorrida por todos que cursaram sua graduação no período entre o primeiro semestre de 1992 e o segundo semestre de 1996. Composta por oito semestres, essa grade contemplava assuntos que abrangiam a Educação Física com caráter tecnicista e maior ênfase na prática desportiva, ginástica e dança. De forma explícita, não observamos de fato nenhuma disciplina que possuísse conteúdos sobre a inclusão. Esta constatação é dissonante na medida em que essas mudanças acompanham a sociedade e se adequam às necessidades de cada um. A questão da inclusão da pessoa portadora de deficiência não foi mencionada nas disciplinas obrigatórias a serem cursadas na Faculdade de Educação, o que demonstra a dificuldade de discussão em torno desta temática na primeira década dos anos 1990.

A próxima grade remete a um período curto de transição, pois foi não obrigatória aos alunos que ingressaram na graduação entre os períodos do primeiro semestre de 1997 ao primeiro de 1998. Mais uma vez, não consta em nenhum momento conteúdo explícito em uma disciplina dedicada à deficiência ou inclusão. A ênfase segue na prática desportiva. Os semestres seguem intactos com relação à grade anterior, sofrendo alterações leves e imperceptíveis de mudanças, como o momento em que algumas disciplinas eram ofertadas.

A terceira análise foi feita na grade obrigatória para os alunos que ingressaram entre o segundo semestre de 1998 e o segundo semestre do ano 2000. Não houve alterações significativas na grade curricular obrigatória com relação à anterior. Ocorreu, de fato, o aprofundamento nas disciplinas que trabalham o desporto (16 créditos de disciplinas eletivas de escolha restrita) e um aprofundamento, também, em dança (12 créditos nas mesmas condições da anterior).

Em sequência, a próxima grade curricular foi proposta para o período entre o primeiro semestre de 2001 e o segundo semestre de 2003. É importante ressaltar que, principalmente a partir desse período, já havia sido elaborada a Declaração de Salamanca (1994) e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) estavam em andamento. A grade ofertada ainda assim não sofreu quaisquer mudanças na parte obrigatória e se torna insistente e inflexível, mesmo com a questões abordadas na Declaração de Salamanca e a nova LDB. A penúltima grade analisada antes da vigente foi obrigatória a ser cumprida aos ingressos entre o primeiro semestre de 2004 e o segundo semestre de 2006. É, novamente, negativa a mudança ocorrida nos conteúdos trazidos pelo curso.

Por fim, a última grade a ser analisada, que entrou em vigor no primeiro semestre de 2007, é a mesma até o ano de 2019. No segundo período para a aquisição do grau de Licenciado em Educação Física, surgiu a disciplina Educação Física Adaptada. Aproximadamente 15 anos depois das discussões significativas, esse é o único conteúdo com nome explícito, que traz como centro a pessoa com deficiência. Essa disciplina tem por objetivo:

Estudo analítico dos conceitos e dos aspectos educacionais, sociais e políticos da educação física adaptada no Brasil, bem como análise da atuação do professor junto às pessoas com deficiência, frente às diversas deficiências (mental, física, sensoriais e múltipla).”

É possível notar que a abordagem da disciplina no curso de licenciatura é a que mais se assemelha ao que foi

colocado até o momento. O ponto que aflige é a demora para que essa abordagem fosse apresentada, ou seja, levou muitos anos para entrar em vigor de fato. Partindo do conhecimento de que o objeto de estudo da Educação Física é o movimento humano do ponto de vista pedagógico e que os futuros professores, de acordo com a grade, têm disciplinas ofertadas como a psicomotricidade e a ludicidade, seria de suma importância que a educação inclusiva fosse assunto senão ao mesmo tempo, pouco tempo depois da quantidade de estudos realizados e leis que entraram em vigor desde a constituição de 1988, por exemplo.

Se pensarmos que a Educação Física é uma área baseada na abordagem epistemológica sobre corpo e mente no processo de formação do licenciando, o conhecimento, ao menos técnico, sobre a pessoa com deficiência deveria ser abordado antes da última grade, elaborada para os graduandos ingressos em 2007 até os atuais. A proposta do currículo atual ainda é a mesma até o presente ano (2019). Surge, então, outra grande falha: a grade curricular da Licenciatura em Educação Física da Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro sofreu, minimamente, quatro alterações em um período de 14 anos. Há 12 anos nos encontramos na mesma grade curricular obrigatória, com as mesmas disciplinas e a mesma abordagem teórica e prática.

A partir da breve reflexão sobre as grades de disciplinas desde a primeira metade dos anos 1990, apresenta-se como condição essencial a proposta de reestruturação da grade, para que atenda e aprofunde as questões curriculares acerca da educação inclusiva e da pessoa com deficiência intelectual. Apenas uma disciplina generalizada sobre o assunto, quando é colocada (o segundo período), traz discussões muito rasas e que podem se tornar esquecíveis, dada a ênfase na prática desportiva do curso. A Educação Física não se limita apenas a isto.

Nessa perspectiva, o Coletivo de Autores (1992) surge trazendo informações e reflexões sobre os conteúdos da Educação Física. Em outras palavras:

“Este livro expõe e discute questões teórico-metodológicas da Educação Física, tomando-a como matéria escolar que trata, pedagogicamente, temas da cultura corporal, ou seja, os jogos, a ginástica, as lutas, as acrobacias, a mímica, o esporte e outros. Este é o conhecimento que constitui o conteúdo da Educação Física.” (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 10)

Ainda na reflexão do Coletivo de Autores (1992, p. 33), a Educação Física é definida como uma prática que, na escola, divide as temáticas das formas corporais de expressão como “(...) jogo, esporte, dança, ginástica, formas estas que configuram uma área de conhecimento que podemos chamar de cultura corporal.” Fica aqui, provisoriamente definido, o que é visto como conteúdo principal da Educação Física.

Neste livro, conhecemos a abordagem crítico-superadora, que, para o Coletivo de Autores (1992) consiste em um processo de ensino-aprendizagem diferente dos tradicionais métodos, sendo mais dinâmica. Essa visão consiste na reflexão de certos conteúdos, para que as aulas de Educação Física não se limitem apenas na prática pela prática, e sim no pensamento crítico, que faz com que o aluno reverbere o conteúdo, trazendo-o para a sua realidade e seu contexto social. Ou seja, todo o conteúdo visto como da Educação Física, citado anteriormente, deve trazer profundas análises sobre seus propósitos, ter um significado.

Ora, se em toda abordagem trazida é necessária uma significação conteudista, o assunto de inclusão de pessoas com deficiência precisa ser discutido por dentro de cada disciplina, sendo conteúdo explicitado em ementa. É possível trazer discussões que tangem diversos assuntos em cada disciplina da grade, para além da disciplina obrigatória de Educação Física Adaptada ofertada pela EEFD/UFRJ.

De acordo com Aguiar e Duarte (2005, p. 225), “(...) a formação [de professores] vem privilegiando o desenvolvimento de capacidades e habilidades físicas, que tem por prioridade o desempenho físico, técnico e o corpo enquanto objeto de consumo.” Nota-se que, atualmente, o foco é praticamente igual, tendo em vista que é contínua essa concepção extremamente tecnicista e mecânica da formação em Educação Física, dada a análise feita no início da discussão da grade curricular do curso de Licenciatura da EEFD/UFRJ.

O campo de atuação do licenciado é a Educação Física Escolar. Tendo isso em vista, é importante ressaltar que a educação inclusiva é um assunto que deve sempre ser citado ao longo de sua graduação. Como afirmam Aguiar e Duarte (2005, p. 228):

“Com o princípio da Inclusão, a Educação Física escolar deve ter como eixo fundamental o aluno e, sendo assim, deve desenvolver as competências de todos os discentes e dar aos mesmos condições para que tenham acesso aos conteúdos que propõe, com participação plena, adotando, para tanto, estratégias adequadas, evitando a exclusão ou alienação.”

Para que tudo seja cumprido como necessário, o licenciado deve ter acesso a grande parte dos conhecimentos e vivências necessárias, para que possa trabalhar de forma efetiva com a inclusão. Para isso, deve haver uma nova proposta de currículo e uma reformulação na grade curricular, que não é alterada há um considerável período.

Considerações finais

Na primeira parte deste breve artigo, apresentamos uma discussão acerca da educação inclusiva, destacando a promulgação da Constituição de 1988. Esta carta constitucional ficou conhecida como constituição cidadã e contemplou a inclusão social como um dos elementos fundamentais para o exercício da cidadania. Outra questão abordada foram as discussões acerca das políticas públicas direcionadas às pessoas portadoras de deficiência. Do ponto de vista internacional, um marco para pensar a inclusão da pessoa com deficiência foi a Declaração de Salamanca, em 1994. A educação inclusiva é uma temática fundamental e, nesse sentido, chamamos a atenção para a Lei de Diretrizes e Bases, de 1996, que instituiu o direito à educação para as pessoas com deficiência, garantia de profissionais especializados do ponto de vista pedagógico e a inclusão em escolas regulares.

Na segunda parte, discutimos a questão dos currículos e sua proposição histórica e ideológica. Ou seja, cada momento histórico determina as diretrizes curriculares e, em se tratando da pessoa com deficiência e ao acesso aos espaços escolares, a partir dos anos 1990 que a sociedade civil passou a trazer para a agenda essa questão. Assim, observamos a necessidade de refletir acerca da formação do profissional de Educação Física, especialmente a a partir da análise crítica das grades curriculares. Na condição de estudo de caso, optamos por analisar a grade curricular do curso de graduação em Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Os resultados demonstraram mudanças lentas e, por vezes, irrelevantes em relação à formação do discente, tendo aparecido apenas uma disciplina que contempla a inclusão da pessoa com deficiência e a elaboração de práticas de acolhimento, ensino-aprendizagem e acompanhamento do quadro de desenvolvimento cognitivo do aluno.

Referências

AGUIAR, João Serapião de; DUARTE, Edison. Educação Física e Educação Inclusiva. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, Mai.-Ago. 2005, v.11, n.2, p.223-240. (disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v11n2/v11n2a5.pdf>)

BENITEZ, Priscila; DOMENICONI, Camila. Inclusão Escolar: o Papel dos Agentes Educacionais Brasileiros. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 35, n. 4, p. 1007-1023, Dec. 2015.

BEZERRA, Giovani Ferreira and ARAUJO, Doracina Aparecida de Castro. De volta à teoria da curvatura da vara: a deficiência intelectual na escola inclusiva. *Educ. rev.* [online]. 2011, vol.27, n.2, pp.277-302. (disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v27n2/a13v27n2.pdf>)

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4 ed. São Paulo: Saraiva 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do Ensino da Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992. Coleção Magistério 2º grau – série formação do professor.

CORREIA, L. de M. Dez anos de Salamanca, Portugal e os alunos com necessidades educativas especiais. In: RODRIGUES, D. (Org.). *Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus, 2006.

DOS SANTOS, Jaciete Barbosa. A “dialética da exclusão/inclusão” na história da educação de ‘alunos com deficiência’. *Revista da FAEEDA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 11, n. 17, p. 27-44, jan./jun., 2002.

FAITANIN, G.; COSTA, V. Políticas Públicas e Formação de Professores para Inclusão Escolar: As Experiências do Município de São Gonçalo/RJ. In: XIII Semana de Educação da UERJ Educação, Formação e Sociedade: Desafios Contemporâneos, 2009, Rio de Janeiro. Anais da XIII Semana de Educação da UERJ -Educação, Formação e Sociedade: Desafios Contemporâneos. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2009. v. 1. p. 1-15.

FREY, Klauss. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Revista de Planejamento e Políticas Públicas*. n. 21, p. 211- 259, jun. 2000.

FERREIRA, J. R. Educação especial, inclusão e política educacional: notas brasileiras. In: RODRIGUES, David (Org). *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo. Summus, 2006.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOFFREDO, Vera Lúcia Flor Sénéchal. Educação: Direito de Todos os Brasileiros. In: Salto para o futuro: Educação Especial: Tendências atuais/Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

LOPES, Alice Casimiro. Teorias de Currículo. São Paulo: Ed. Cortez, 2011.

MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1998.

Abstract: The aim of this paper is to present a discussion about the aspects of inclusive education in relation to the physical education area, emphasizing the analysis of the EEFD / UFRJ curriculum. Inclusive Education is a fundamental issue today and is part of public policies aimed at people with disabilities and the process of inserting this public into school spaces. Therefore, in this work, we critically observe the construction of the Physical Education curriculum, intertwining with the legislation of Guidelines and Bases (1996) and other policies aimed at the public of people with disabilities. The methods used were: bibliographic, exploratory and content analysis of empirical material (curriculum grids, legislation, among others).

Résumé: L'objectif de cet article est de présenter une discussion sur les aspects de l'éducation inclusive en relation avec le domaine de l'éducation physique, en mettant l'accent sur l'analyse du programme EEFD / UFRJ. L'éducation inclusive est aujourd'hui un problème fondamental et fait partie des politiques publiques destinées aux personnes handicapées et du processus d'insertion de ce public dans les espaces scolaires. Par conséquent, dans ce travail, nous observons de manière critique la construction du programme d'éducation physique, qui se confond avec la législation de Guidelines and Bases (1996) et d'autres politiques visant le public des personnes handicapées. Les méthodes utilisées étaient les suivantes: analyse bibliographique, exploratoire et de contenu de matériel empirique (grilles pédagogiques, législation, entre autres).

Resumen: El objetivo de este trabajo es presentar una discusión sobre los aspectos de la educación inclusiva en relación con el área de educación física, enfatizando el análisis del currículo EEFD / UFRJ. La educación inclusiva es un tema fundamental hoy y forma parte de las políticas públicas dirigidas a las personas con discapacidad y el proceso de inserción de este público en los espacios escolares. Por lo tanto, en este trabajo, observamos críticamente la construcción del plan de estudios de Educación Física, entrelazándonos con la legislación de las Directrices y Bases (1996) y otras políticas dirigidas al público de personas con discapacidad. Los métodos utilizados fueron: análisis bibliográfico, exploratorio y de contenido de material empírico (cuadrículas curriculares, legislación, entre otros).

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar uma discussão sobre os aspectos da educação inclusiva em relação à área de educação física, enfatizando a análise da grade curricular da EEFD/UFRJ. A Educação Inclusiva é uma questão fundamental na atualidade e faz parte das políticas públicas destinadas às pessoas com deficiência e o processo de inserção deste público nos espaços escolares. Portanto, neste trabalho, observamos criticamente a construção da grade curricular de Educação Física, entrelaçando com a legislação de Diretrizes e Bases (1996) e demais políticas destinadas ao público das pessoas com deficiência. Os métodos utilizados foram: bibliográfico, exploratório e análise do conteúdo do material empírico (grades curriculares, legislações, entre outros).